

Tribuna Socialista

nº 2  
janeiro 1981

p 1 e 8

UEDS um projecto inovador

Fundação Cuidar o Futuro





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Fundação Cuidar o Futuro

# TRIBUNA SOCIALISTA

PROPRIEDADE DA UNIÃO DA ESQUERDA PARA A DEMOCRACIA SOCIALISTA ★ U E D S ★ DIRECTOR: F. PEREIRA MARQUES

ENTREVISTA COM MARIA DE LOURDES PINTASILGO

## UEDS UM PROJECTO INOVADOR

Segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, há uma atitude, que define a UEDS como exemplo e estimulante da esquerda portuguesa: uma constante de ordem ética que anima todas as suas opções políticas. Na entrevista concedida a «Tribuna Socialista», Lourdes Pintasilgo aponta ainda outras características da imagem política da UEDS, como organização capaz de «av. n. turar-se» e de inovar. Questões de toda a actualidade, como o futuro da FRS, a luta por uma sociedade, alternativa à da exploração capitalista, o papel da Igreja na transformação social e, finalmente, o significado das eleições presidenciais — são outros temas abordados nesta entrevista, que honra as nossas colunas e muito ajudará a reflexão dos nossos camaradas e simpatizantes.

### AS PRESIDENCIAIS

Ramalho Eanes foi reeleito. A votação dos portugueses foi logo a primeira volta esmagadora e eloquente. É impossível recusar ou subestimar o seu significado.

Com efeito, os portugueses na sua maioria, que em muito ultrapassa o eleitorado dos partidos que apoiavam a re-candidatura do Presidente da República, exprimiram pelo seu voto uma eloquente recusa a outro candidato que encarnava o passado e que se inseria numa estratégia de natureza autoritária — estratégia que visava subverter o regime e criar as condições para se cristalizar no poder uma classe dominante que mais uma vez se demonstrou retrógrada, estagnada, em suma, mais do que conservadora, reaccionária.

Foi o não dos portugueses anti-comunismo mais primário à manipulação dos órgãos de informação mais grosseira, à intoxicação ideológica mais escandalosa que foi dado ver nos últimos tempos. Foi a afirmação da maioridade dos portugueses perante as jogadas espectaculares, que iam da ópera bufa ao drama shakespeariano mal interpretado, de líderes que excessivamente confiantes no seu carisma não escondiam a sua arrogância perante a frágil e vulnerável «população».

A profunda derrota sofrida pela AD veio acrescentar-se o desaparecimento em condições dramáticas — que naturalmente todos lamentamos — do seu dirigente máximo Francisco Sá Carneiro e do dirigente do CDS Adelino Amaro da Costa. Agravados são, pois, os problemas com que na sua fragilidade es-

sa coligação se vai deparar. Problemático vai ser mantê-la coesa e viva.

Por tudo isto, a esquerda democrática e socialista encontra-se perante novas e importantes tarefas. Tem de se preparar para conduzir no campo parlamentar os combates que se anunciam, em torno da revisão constitucional e da defesa das instituições — mas agora liberta da chantagem do referendo.

Tem, por outro lado, de saber no campo social animar e conduzir a luta contra o projecto restauracionista do governo AD. Tudo isto ao mesmo tempo que tem de criar as condições para definir a alternativa estratégica que lhe permitirá ganhar a confiança e o apoio daquela larga faixa do eleitorado que nas últimas legislativas votou AD, por atitude crítica em relação à prática da esquerda, mas que não constitui uma base sólida e cristalizada das forças conservadoras, como agora foi demonstrado.

Este combate, nos seus múltiplos aspectos, e a construção desta alternativa, passam pela capacidade de recomposição social e política da área que na FRS se exprimiu. Passam, pois, pelo consolidação e redinamização da Frente, que não se esgotou e não se pode ter esgotado em 5 de Outubro.

Há assim que aprofundar e potenciar esta vitória para que outras vitórias se sigam. Eis o desafio que enfrentamos, nós os socialistas, nós homens de esquerda. Há que o enfrentar com decisão e lucidez. É o futuro que está em jogo.

Fernando Pereira Marques

— Como vê o papel da UEDS no contexto da esquerda portuguesa e, em especial, da FRS?

MLP — Encontro na UEDS três características que me parecem extremamente importantes na vida política portuguesa.

Em primeiro lugar, reconheço nas tomadas de posição da UEDS uma constante de ordem ética que enforma todas as suas opções políticas. Num período da nossa história, onde a dicotomia entre os valores humanos e políticos é cada vez mais acentuada, esta atitude constitui um salutar exemplo e é um agulhão para quem quer que se situe como parceiro da UEDS.

Em segundo lugar, pude verificar que a UEDS tem, em relação a problemas que considero chave na formulação de uma nova esquerda, uma posição moderna, actualizada, em sintonia com as correntes que hoje tomam corpo em todas as sociedades, industrializadas ou não. Não se acomoda



aos esquemas feitos, «aventura-se» por novas sendas — sendas que não são um luxo da reflexão política mas a condição da descoberta do caminho concreto para a esquerda.

Finalmente, a UEDS tem uma forma muito própria de suscitar a interacção entre várias camadas da população. A palavra «participação» não é uma palavra vã. O que assegura, nas zonas em que está implantada, um novo modo de relacionamento entre o povo e os aparelhos partidários.

Qualquer destes aspectos, se devidamente reconhecido e reafirmado, pode dar um contributo decisivo àquilo que neste momento ainda é só uma coligação eleitoral e cujo projecto carece de ser habilmente e inovadoramente delineado.



### REFORÇAR A UEDS

## DINAMIZAR A FRS

A Frente Republicana e Socialista, surgida nas vésperas das últimas eleições legislativas como alternativa democrática e de esquerda à actual maioria parlamentar permanece como o único projecto susceptível de congregar em seu torno uma ampla base social de apoio empenhada na transformação da nossa sociedade, não obstante as mais recentes evoluções da conjuntura política.

As contingências recentes da vida política portuguesa e a crise aberta no Partido Socialista a propósito das eleições presidenciais constituíram factores desfavoráveis, no seu conjunto, à consolidação da FRS. No decurso dos últimos três meses, alguma coisa se perdeu da dinâmica criada durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República. Não tanto pela vontade de qualquer dos Partidos que integram a FRS como por resultado de condicionalismos que de algum modo os ultrapassaram.

Mas encerrado o ciclo eleitoral, com toda a sua carga de solicitações conjunturais, não pode tardar mais o tempo de meter ombros à tarefa de afirmar a FRS como verdadeira alternativa socialista e democrática. Para tanto importa que desde logo, e muito claramente, se rejeitem quaisquer formas de acordo inter-partidário diversas daquelas cujos contornos foram definidos pela

FRS e que cada um dos partidos que lhe dão corpo se empenhe sem reticências, nem reservas, na sua consolidação.

Entendida a FRS como coligação de Partidos e não como embrião de um movimento supra-partidário unificador de diversas correntes — e creio que outro entendimento não pode haver da FRS — o seu reforço e dinamização passa em larga medida pelo reforço e dinamização de cada uma das suas componentes. No caso que mas directamente nos importa, pelo reforço e dinamização da UEDS. Aí reside, não só a possibilidade de contribuirmos de forma positiva para que a FRS se afirme como alternativa autêntica, mas também para que no seu seio possamos desempenhar um papel à altura dos nossos objectivos e das nossas ambições.

A redinamização da FRS e o reforço da UEDS surgem por isso como tarefas primordiais para todos os militantes e para o Partido no seu conjunto, tarefas que vão de par, não são contraditórias mas ao invés se interligam e completam.

Tarefas que tão-pouco significam o fechar da UEDS sobre si mesma, mas implicam a abertura ao diálogo e à cooperação com todos os sectores da esquerda democrática socialista e autogestionária.

O ano que se avizinha terá que ser o ano de reforço da UEDS e da redinamização da FRS.

A. Lopes Cardoso

## LEIA O JORNAL TODO

PÁGINA/2

«A luta pela qualidade de vida», onde se prova que a ecologia é indissociável da luta pelo socialismo. Na mesma página, João Paulo de Oliveira fala da poluição que vai pelos jornais domesticados.

PÁGINA/3

Um artigo polémico sobre a «Brigada da Nato» e a política de defesa. Se o artigo tiver imperfeições, «eles» que as expliquem à opinião pública.

PÁGINA/4

«Novas tarefas da UEDS depois das Legislativas» — Actividade do nosso grupo parlamentar. Vire a página: «Os jovens da UEDS», «Socialismo ou Barbárie», etc. E já viu a contracapá?



ENTREVISTA

com Maria de Lourdes Pintasilgo

UEDS UM PROJECTO INOVADOR

Após os resultados eleitorais das legislativas, considera que a FRS ainda é capaz de responder às expectativas de fundo que a sua criação tinha suscitado?

MLP — Sejamos claros: a criação da FRS não suscitou «expectativas de fundo». Por várias razões: teve uma morosidade inexplicável no processo da sua criação; limitou-se à articulação de três partidos, o que, para além de outras consequências, deu a impressão do «déjà vu» em relação à composição da AD, formada, também ela, por três partidos; deixou de lado grupos de acção política possuidores de inegável capital de mobilização e de reflexão sobre a realidade portuguesa e de respostas convincentes a aspectos concretos dessa realidade.

Que a ideia da aglutinação de todas as forças mais ou menos ligadas directamente ao socialismo democrático era uma ideia dinâmica e potencialmente muito rica — não há qualquer dúvida. Tive ocasião de seguir de perto o trabalho dos vários grupos — tive mais de 30 reuniões de trabalho com os grupos mais diversos, entre Maio e Julho deste ano — e foi para mim um enorme estímulo verificar a convergência de perspectiva, a complementaridade dos acentos postos nos diferentes aspectos do projecto político, o carácter concreto e pragmático de muitas soluções apontadas.

Lamento ter de dizer que esse trabalho não teve condições para se transformar na grande plataforma criadora e imaginativa que tornasse a FRS portadora de um projecto novo.

No actual contexto internacional, como encara a luta por uma sociedade alternativa? Por outro lado, tendo em conta as características das modernas sociedades capitalistas, que papel pensa continuar a ser atribuído às classes trabalhadoras e à herança cultural ideológica que se define através do conceito de socialismo?

MLP — A luta por uma sociedade alternativa é, de facto, e antes de mais uma luta que se joga claramente no âmbito mundial. Não é uma «receita» doméstica mas sim a convergência de muitas lutas que têm lugar nos mais diversos países. Não é tão pouco a repetição ou o aperfeiçoamento de fórmulas já conhecidas. A luta pela sociedade alternativa supõe uma cultura vasta e actual em que o significado dos problemas não é escamoteado e em que se exige uma constante interpretação dos fenómenos sociais e humanos. Não escondo que vejo os «movimentos sociais» como um esboço de contributos possíveis para a sociedade alternativa.

Na sociedade alternativa, as classes trabalhadoras têm de ser redefinidas. Na verdade, as classes trabalhadoras são um fenómeno social intrínseco à sociedade industrializada ou em vias de industrialização. Porque nelas se concentra o absurdo da exploração industrialista/capitalista (independentemente do regime político do Estado) e porque constituem nessas condições a grande maioria da população, estão em situação de serem a alavanca da história.

Na sociedade post-industrializada, as classes trabalhadoras têm características diferentes. O motor de transformação não está num só problema nem numa só formação social. Não pouco pode ser definido — logo — de forma abstracta e geral. Cada sociedade tem de reformular as contradições e os sectores humanos que nelas participam. A herança do socialismo é



particularmente importante não tanto nas respostas mas na formulação de novas questões — a análise científica da sociedade é condição primeira da sua possível transformação.

Um pouco na sequência da pergunta anterior, que importância atribui ao Cristianismo e à Igreja, como factor ou como elemento de resistência à transformação social?

MLP — Trata-se de um exemplo claro do que acabo de dizer. A Igreja, como expressão histórica do cristianismo, não apresenta uma fisiologia idêntica em todas as sociedades. Se foi elemento determinante das lutas de libertação dos povos africanos, se é dinamizadora do imenso processo de conscientização da América Latina, não revela em todos os momentos e latitudes essas características.

Em Portugal, penso que há que distinguir dois momentos: antes e depois do 25 de Abril.

Antes de Abril, a Igreja formou centenas, milhares de militantes que, apenas pela motivação da justiça social que lhes vinha do Evangelho e das Encíclicas, se revelaram, após a revolução, elementos empenhados na construção de uma sociedade nova.

Paradoxalmente, após o 25 de Abril, e em especial nos últimos anos, a Igreja fechou-se sobre si própria, indo ao porto de abrigo da Tradição viva expressa nos documentos do Concílio Vaticano II, tendo funcionado de travão à transformação social nas camadas da população mais sujeitas à influência doutrinar de certo clero ou mais afastadas da vida da Igreja militante. Com efeito, a Igreja exerce, nestes últimos anos, uma influência que é de natureza sociológica junto de pessoas que são periféricas em relação à sua vida e deixa de exercer a função pastoral que lhe cabe junto dos fiéis.

Importa notar que se o vocábulo Igreja designa correntemente (mas inadequadamente) os elementos institucionais — bispos, padres, paróquias — o seu significado é muito mais amplo, sendo de facto a comunidade dos crentes em Jesus Cristo. Nesta segunda acepção, podemos dizer que mesmo hoje a Igreja contribui para a transformação social.

Finalmente, gostaríamos que fizesse em breve comentário sobre os resultados da eleição presidencial.

MLP — O significado das presidenciais vai ser determinado não só pela análise do que aconteceu em termos de voto mas pelo dinamismo que fomos capazes de pôr nas etapas que se lhe seguem. Explícito-me, Ramalho Eanes fez o pleno da esquerda e retirou ao eleitorado AD uma importante fatia. Não se tratou apenas de um acto isolado mas, durante a campanha, sentiu-se a movimentação social que a esse acto conduzia. Houve uma conjugação de esforços independentemente do «sinal» partidário das pessoas.

Não posso deixar de afirmar que a convergência de tantas forças diversas no voto das presidenciais abre possibilidades novas para a construção da sociedade alternativa. O que acabo de dizer nada tem que ver com uma qualquer institucionalização da chamada «maioria presidencial». Antes significa uma atenção renovada à forma como se reconstitui o tecido social e a introdução ousada no espaço político daquilo a que hoje se chamam os movimentos sociais

SINDICALISTAS AUTOGESTIONÁRIOS NO CONGRESSO DA UGT

Embora anunciado de forma envergouhada, o 2.º Congresso Ordinarário da UGT vai reanudar-se nos dias 30 e 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1981, para discutir o programa de acção e política reivindicativa, analisar o relatório do seu Secretário-Geral, rever os estatutos e eleger os seus órgãos estatutários.

Estarão presentes ao Congresso cerca de 1300 delegados e os membros dos órgãos eleitos no Congresso anterior. Estes delegados dividem-se em dois grupos: os designados pela Direcção de cada um dos Sindicatos filiados e os eleitos por esses Sindicatos, através de voto directo, universal e secreto ou em Congresso, ou ainda em Conselho Geral ou equiparado.

Este complexo esquema de eleição ainda decorre em muitos Sindicatos, pelo que não é possível por ora determinar a composição do Congresso, em termos de representação de tendências sindicais, embora não seja difícil prever que será largamente maioritária a tendência afecta ao PSD.

Entretanto, as eleições já realizadas e a forma como o processo eleitoral foi desencadeado em cada Sindicato demonstra bem a forma como as tendências defensoras do projecto UGT tentaram assegurar o controlo da eleição e uma presença hegemónica dos seus representantes. Os processos utilizados dificultaram ou impediram a participação de correntes sindicais hoje minoritárias, nomeadamente dos sindicalistas autogestionários.

Mesmo assim, foi possível assegurar a nossa participação em alguns actos eleitorais, bem como a eleição de alguns representantes da corrente socialista autogestionária, que evarão a 10% da composição do Congresso da UGT.

Até ao momento foram eleitos os camaradas Aurélio Marques (pelo Conselho Geral do SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Serviços) e Rui Santos (em Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas). Refira-se que, nesta votação faltaram-nos escassas dezenas de votos para eleger um segundo representante que no caso seria o camarada Vitor Nunes.

Convirá, contudo — e nesta oportunidade — aclarar algumas das razões que determinaram a participação de nossos militantes na eleição dos delegados ao Congresso.

Por que vamos ao Congresso?

São conhecidas as nossas posições de frontal oposição à criação da UGT e de crítica pela sua acção, desfazida da realidade social portuguesa e alheia aos mais justos anseios das massas trabalhadoras que diz representar.

Ninguém duvida de que a existência orgânica daquela estrutura é um factor de divisão no Movimento Sindical Português, sobretudo no momento em que este deveria estar fortalecido para suportar os momentos difíceis que se prevêem para a Democracia, através das investidas do grande patronato, agora representado no governo por forças que se reclamam de mudança para o 24 de Abril.

Alguns perguntarão se não existirá uma contradição entre esta posição de crítica frontal à UGT e uma participação no seu Congresso. Esta questão mereceu-nos ponderada reflexão, não o escondemos. Concluímos, porém, que essas críticas só seriam consequentes se fossem levadas também ao interior daquele organismo. Pensamos que os trabalhadores honestos que, sob a bandeira da UGT, ainda acreditam ingenuamente nas promessas feitas em 1978 e sempre adiadas e nunca cumpridas — porque cumpri-las nunca foi o objec-

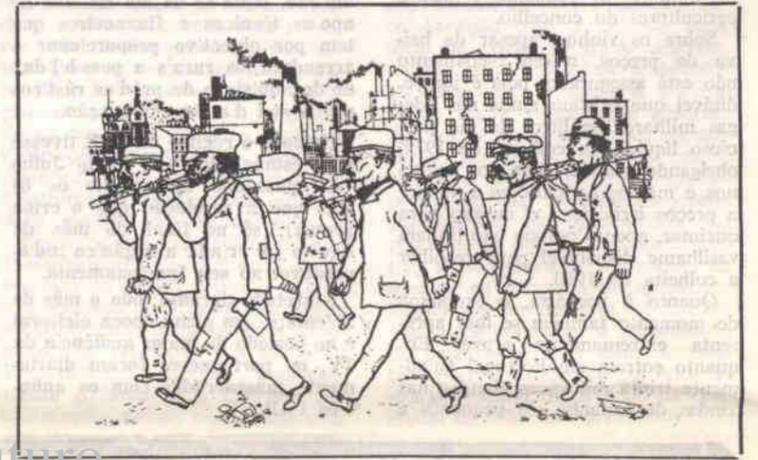
tivo dos criadores da UGT — esses trabalhadores honestos, diziamos, têm o direito de ser confrontados com realidades diferentes das que julgam existir, com pontos de vista diferentes daqueles que lhes têm sido injectados, com diferentes propostas reivindicativas de âmbito económico, político, sindical e social que os seus dirigentes só por hipocrisia poderiam vir a aceitar, pois tais propostas se enquadram no terreno da luta de classes — um dos motores das modificações operadas em Portugal a partir do 25 de Abril — e não no terreno da conciliação de classes, que os dirigentes da UGT não escondem querer privilegiar. No fundamental, foi este o objectivo primeiro da apresentação das nossas listas.

As listas de candidatos da corrente Sindical Socialista autogestionária, compostas por militantes da UEDS e por activistas independentes que, no fundamental, se

identificam com os nossos princípios, e os resultados obtidos (a título de exemplo salientamos a votação dos bancários do Funchal que relegaram o PS para um último lugar, com menos 20% dos votos alcançados pela nossa lista), demonstraram que vale a pena apresentar uma válida alternativa ao cego apoio à UGT, dado por uns, e à denúncia ineficaz, porque radical e sectária, feita por outros.

Continuamos a considerar que alguma coisa tem de ser feita para alterar o actual panorama de divisão existente no movimento sindical português.

Também para isso, iremos ao Congresso da UGT. Ali apresentaremos uma proposta concreta de reivindicações que julgamos sintetizar os problemas mais prementes dos trabalhadores portugueses. Dessa proposta vos daremos conta no próximo número do nosso jornal.



Não ceder à "AD" nos horários de trabalho

O projecto de decreto-lei sobre «Duração e organização temporal do trabalho» foi lançado pelo Governo AD para discussão pública em plena época de verão, no claro intuito de dificultar a sua análise e contestação por parte das organizações representativas dos trabalhadores.

Apesar disso, os trabalhadores souberam, uma vez mais, dar provas da sua maturidade e, por todo o lado, avançaram na interpretação de um documento que visa liberalizar os horários de trabalho e, assim, servir unicamente os interesses do grande patronato nacional e estrangeiro, disposto a esmagar os pequenos e médios comerciantes, que se colocaram ao lado dos trabalhadores na afirmação do seu repúdio pela eventual aprovação daquela Lei.

Efectivamente, pretender consagrar na Lei as 12 horas diárias e 55 semanas, como limite máximo de horário de trabalho, significa pretender consagrar um mortuário retrocesso, em relação ao que se pratica na Europa (onde nos querem integrar a qualquer preço) e esquecer descaradamente aquilo que são as h.s.órcas conquistas dos trabalhadores, através de longos anos de duras lutas, iniciadas ainda nos tempos do fascismo.

Liberalizar horários, a pretexto de uma pretensa racionalização dos transportes e descentralização das horas de ponta nas grandes cidades, e depois deixar a resolução dessas legítimas preocupações de camadas da população nas mãos de meia dúzia de grandes grupos económicos, só pode significar que o governo AD está — desde já — disposto a hipotecar o poder político ao poder económico, subvertendo também desta forma o regime democrático iniciado com o 25 de Abril.

É urgente a denúncia pública deste atentado aos reais interesses do povo que unicamente vive do seu trabalho. Daí que, nesta oportunidade, tanto como realçar os inú-

meros atentados às relações de trabalho actualmente existentes, importa à Comissão de Trabalho da UEDS manifestar o seu total repúdio pelo teor do referido projecto de Lei, expressando o sentimento unânime dos seus militantes e simpatizantes, que é o de todos os trabalhadores portugueses.

O governo AD pretende legislar à revelia do estatuto constitucionalmente, pois só o Parlamento pode legislar relativamente à matéria em apreço. Também por isto e numa acção conjunta com outras forças democráticas presentes na Assembleia da República, os deputados da UEDS não deixarão de solicitar a ratificação da Lei, caso esta venha a ser promulgada, prossequindo em São Bento o debate que o governo quis encerrar em 31 de Outubro.

Comissão de Trabalho da UEDS

TRIBUNA SOCIALISTA
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Manuel Bernardes, 23
Telefs. 60 19 60 - 60 72 58
1200 LISBOA
Comp. e Imp. da GRAFICA PROGRESSIVA DE CACILHAS, LDA.
Rua Carvalho Freire, 63-A - 2800 CACILHAS - Almada



FUNDAÇÃO O CUIDAR O FUTURO